

Relatório da Execução Orçamental

3º Trimestre de 2025

Índice

ENQUADRAMENTO LEGAL	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DELINEADOS PARA 2025	4
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO	8
DESPESAS COM PESSOAL	14
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PERÍODO	17
ANÁLISE DA RECEITA	19
ANÁLISE DA DESPESA.....	23

ENQUADRAMENTO LEGAL

A **Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (MMP)** é uma entidade pública empresarial criada pelo Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Atua sob a tutela conjunta dos Ministérios da Cultura e das Finanças e tem como missão:

- Gerir museus, monumentos e palácios nacionais;
- Executar a política museológica nacional;
- Proteger, conservar, investigar e comunicar o património cultural móvel e as coleções nacionais.

O presente relatório visa dar cumprimento às obrigações legais previstas nos seguintes artigos:

- Artigo 25.º, n.ºs 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o RJSPE;
- Artigo 44.º, n.º 1, alíneas e) e i), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o RJSPE;
- Artigo 103.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025;
- Artigo 20.º, n.º 2, dos Estatutos da MMP.

Estas disposições determinam que as empresas públicas devem apresentar relatórios trimestrais que demonstrem a execução dos objetivos e do orçamento, justifiquem eventuais desvios e indiquem medidas corretivas adotadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório reporta a atividade desenvolvida pela MMP durante o 3.º trimestre de 2025 e visa monitorizar e acompanhar a execução do Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027 (PAO 2025-2027), aprovado através do Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (a 5 maio de 2025) e da Ministra da Cultura (a 2 de maio de 2025).

Este relatório foca-se na análise **provisória da execução orçamental de janeiro a setembro de 2025**, incluindo receitas previstas e cobradas, bem como dotações estimadas e pagamentos realizados.

Apresenta ainda o grau de execução dos objetivos definidos no Plano de Atividades e Orçamento de 2025, bem como uma síntese da atividade desenvolvida no 3.º trimestre do ano.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DELINEADOS PARA 2025

Os objetivos estratégicos propostos em sede de PAO e na proposta de contrato programa permitem à Museus e Monumentos de Portugal adequar as suas ações às linhas estratégicas cujos eixos centrais consistem em preservar, valorizar e promover o património cultural, bem como a sua acessibilidade e sustentabilidade. Paralelamente, ao definir indicadores de desempenho e metas claras, é possível monitorizar os resultados, otimizar recursos, replicar as melhores práticas e adaptar-se às exigências do público e do mercado, possibilitando fortalecer o impacto cultural e económico da empresa no país.

Foram revistos alguns valores de indicadores dos períodos anteriores, tendo sido refletidos os ajustamentos nos números do 3º trimestre.

Objetivos estratégicos:

Linhas estratégicas	Objetivos estratégicos	Indicadores	Peso	Meta 2025	1º trimestre 2025	2º trimestre 2025	3º trimestre 2025	Total acumulado	Tx execução acumulada
Valorização, capacitação e consolidação das suas pessoas	Melhorar a oferta e a atratividade dos museus, monumentos e palácios	Nº de beneficiários em museus e monumentos	15%	4 000 000	1 026 729	1 376 957	1 674 913	4 078 599	102%
		Nº de visitantes dos MMP do Ministério da Cultura residentes em Portugal	5%	800 000	421 672	542 569	765 079	1 729 320	216%
Valorização social dos Museus, Monumentos e Palácios e inclusão	Educação para a cultura	Nº de ações educativas nos museus, monumentos e palácios afetos à MMP	10%	40	22	5 459	3 570	9 051	22628%
	Maior visibilidade do património cultural	Nº de eventos culturais realizados nos museus, monumentos e palácios afetos à MMP	10%	30	65	520	450	1 035	3450%
Visão mais sintética e sincrética dos Museus, Monumentos e Palácios	Valorizar a herança histórica e cultural	Nº de ações de conservação e requalificação do património cultural (móvel e imóvel) concluídas	10%	45	10	2	65	77	171%
	Privilegiar a participação e acolher novas visões	Nº de protocolos e parcerias culturais estabelecidas	5%	10	11	29	9	49	490%
Acessibilidade, disseminação e as novas tecnologias	Promover a disseminação do conhecimento	Nº de iniciativas ligadas à investigação e divulgação do património cultural	7%	15	38	9	8 363	8 410	56067%
		Nº de processos de inventariação de coleções dos museus	5%	50	22	5 144	2 986	8 152	16304%
	Fomentar a acessibilidade de todos e todas	Nº de museus, monumentos e palácios predominantemente acessíveis	3%	2	0	1	0	1	50%
Gestão de risco-Preservação e conservação do património	Proteger o património garantindo o seu futuro	Nº de formações na área de Gestão de Risco a funcionários da MMP	10%	3	0	2	1	3	100%
		Imóveis da MMP com mapas de perigosidade atualizados	5%	10	0	10	0	10	100%
	Gestão e financeiros	Receita própria (Bilheteira, vendas, cedências de espaço, mecenato, patrocínios e outros)	10%	18 000 000	6 602 322	7 393 120	6 762 909	20 758 351	115%
		Indemnização Compensatória/Visitantes	5%	39,3	18,3	19,0	3,4	10,6	27%
			100%						

Evolução dos objetivos estratégicos

No eixo **"Valorização, capacitação e consolidação das suas pessoas"**, o objetivo de melhorar a oferta e a atratividade dos espaços culturais registou uma performance de excelência. O número de beneficiários em museus e monumentos superou a meta anual, fixando-se nos 102%, já no encerramento do 3º trimestre. Este resultado antecipa o cumprimento dos objetivos para 2025, consolidando a trajetória de crescimento observada desde o início do ano. Esta evolução foi impulsionada pela dinâmica cultural e sazonalidade do período de verão, que maximizou a utilização dos ativos culturais. Outro fator a considerar é o facto de algumas obras de PRR terem tido o seu início em datas posteriores às inicialmente calendarizadas, sendo que a estimativa de visitantes considerava essas datas e o seu impacto nas entradas.

Especificamente quanto ao público interno, o número de visitantes residentes em Portugal confirma o crescimento exponencial observado até ao momento, atingindo os 216% da meta atual. Este indicador, que já tinha sido superado no primeiro semestre do ano, beneficiou de uma dinâmica excecional durante o período de verão. Este resultado – que duplica o objetivo inicialmente previsto - confirma não só a eficácia das estratégias dirigidas ao público nacional, sendo disso exemplo o acesso gratuito aos Museus, Monumentos e Palácio de Portugal por parte dos residentes, 52 dias por ano, em qualquer dia da semana (Acesso 52), mas também uma forte adesão dos residentes aos espaços culturais.

Na linha estratégica **"Valorização social e inclusão"** os indicadores de execução superaram largamente as previsões anuais. As ações educativas registaram uma execução expressiva, evidenciando a mobilização extraordinária das equipas, reflexo, também, da aposta que tem sido feita na sua qualificação. Da mesma forma, os eventos culturais, demonstram uma programação cultural que se tornou num polo de inclusão e participação ativa.

Na vertente de **"Visão mais sintética e sincrética dos Museus, Monumentos e Palácios"**, a execução registou uma evolução muito positiva e robusta no 3º trimestre. O número de ações de conservação e requalificação, que apresentava anteriormente um ritmo mais moderado, recuperou significativamente, atingindo 171% da meta anual. Este resultado demonstra a aceleração das intervenções físicas e o cumprimento do plano de manutenção dos imóveis.

Em paralelo, os protocolos e parcerias culturais mantiveram um bom desempenho, com 490% da meta já cumprida. Este valor reforça a sólida articulação institucional da MMP e a sua abertura a novas formas de colaboração externa.

O objetivo estratégico “**Acessibilidade, disseminação e novas tecnologias**” apresenta um desempenho excecional na vertente de disseminação do conhecimento. As iniciativas de investigação e divulgação atingiram 56 067% da meta anual, enquanto a inventariação das coleções atingiu os 16 304% face aos objetivos definidos. Este desvio explica-se pelo pressuposto adotado aquando da definição dos objetivos, segundo o qual os acervos museológicos se encontrariam totalmente inventariados, prevendo-se que os valores de 2025 refletissem apenas novas incorporações. Contudo, a identificação e tratamento de um volume substancial de objetos pré-existentes por inventariar resultou em valores superiores aos projetados. Este resultado, embora estatisticamente atípico, reflete um esforço massivo de regularização e salvaguarda do património sob gestão da MMP.

No entanto, a **acessibilidade física** dos equipamentos culturais permanece como o ponto de maior desafio. Apesar de se registar uma evolução positiva no 2.º trimestre, o indicador estabilizou nos 50% da meta atual. A execução continua ainda aquém do desejável, evidenciando a complexidade das intervenções estruturais necessárias para garantir a plena acessibilidade aos espaços e resulta, também, de ainda não termos um nível de conclusão de projetos PRR inicialmente calendarizado.

No domínio do “**Gestão de risco e conservação do património**”, os resultados dos indicadores asseguram o cumprimento dos objetivos fundamentais de mitigação de risco (100%). É importante notar que este cenário de estabilização na gestão de risco é acompanhado pela forte aceleração nas ações de conservação e requalificação, garantindo uma resposta equilibrada na proteção global do património.

Por fim, no objetivo “**Gestão e financeiros**”, os resultados consolidam uma evolução positiva. A receita própria atingiu 115% da meta anual, demonstrando a sustentabilidade da atividade acima do projetado.

A indemnização compensatória registou 58% da meta, ficando aquém do previsto, uma vez que as transferências trimestrais não cumpriram com o plano previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2025. Em paralelo, o aumento de visitantes através do Acesso 52 verificado durante a época de verão, levou a que o indicador Indemnização compensatória/visitantes apresentasse valores inferiores aos verificados nos trimestres anteriores.

O trimestre foi marcado pela **superação das metas principais**, impulsionado pela sazonalidade do verão.

Em síntese:

- **Público:** superação da meta geral, com destaque para os **residentes**, que duplicaram o objetivo previsto.
- **Património e Parcerias:** forte recuperação nas ações de **conservação** e expansão de **protocolos institucionais**.
- **Regularização:** Desvio na **inventariação** devido ao tratamento de acervos pré-existentes não previstos no plano inicial.
- **Gestão Financeira:** sustentabilidade garantida com a **receita própria** a atingir 115%

De notar que, a definição das metas dos objetivos estratégicos teve em consideração alguma incerteza e indefinição decorrentes das obras no âmbito do PRR que obrigarão ao fecho (total ou parcial) de alguns museus e do impacto da medida de gratuidade Acesso 52. A inexistência de histórico dificultou igualmente a fixação de metas adequadas.

A monitorização dos objetivos estratégicos e dos respetivos indicadores de desempenho evidenciou uma subavaliação das metas em alguns indicadores. Nesse contexto, estamos a concluir a auscultação junto dos dirigentes para fixar fontes de dados inequívocas. O objetivo para 2026 é a criação de um novo documento orientador que estabeleça critérios de apuramento claros, constituindo uma base de informação que permita uma leitura imediata, objetiva e transparente da nossa performance estratégica.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PERÍODO

Durante o terceiro trimestre de 2025, a MMP desenvolveu um conjunto de atividades enquadradas na prossecução da sua missão de gestão, valorização e salvaguarda do património cultural, bem como no reforço do seu papel institucional, social e internacional, em alinhamento com os objetivos estratégicos definidos.

No âmbito da valorização do património classificado, assinalou se, a 7 de julho de 2025, **o sexto aniversário da inscrição do Real Edifício de Mafra na Lista do Património Mundial da UNESCO**. As entidades gestoras do conjunto patrimonial - Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada - promoveram um programa comemorativo integrado, com atividades

culturais e de mediação, que permitiu reforçar a visibilidade do sítio classificado e o reconhecimento do seu valor universal excecional, evidenciando o esforço contínuo de conservação e salvaguarda. O Real Edifício de Maфра destaca-se como um dos mais importantes legados da história cultural e artística portuguesa, sendo desde 2019 valorizado internacionalmente como parte integrante do património comum da humanidade.

No domínio das políticas de impacto social, a MMP formalizou, a 1 de julho, a **adesão de seis museus e monumentos ao Compromisso de Impacto Social das Organizações Culturais (CISOC), promovido pelo Plano Nacional das Artes**. A adesão destes seis museus e monumentos - Fortaleza de Sagres, o Museu José Malhoa, o Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, o Museu Nacional de Conímbriga, o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo e o Museu Nacional Resistência e Liberdade - que se soma à já concretizada pelo Museu Nacional de Soares dos Reis, reforça a integração da dimensão social, da inclusão e da participação cultural na atuação da MMP, sem prejuízo das respetivas missões museológicas e patrimoniais.

A atividade institucional do trimestre incluiu a **visita da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto e do Secretário de Estado da Cultura à sede da MMP**, no Palácio Nacional da Ajuda, a 23 de julho, bem como a participação da Ministra na reunião de diretores dos Museus e Monumentos, realizada em Cernache. Estes momentos permitiram o acompanhamento político institucional da atividade da MMP, a partilha de informação sobre projetos em curso e a reflexão estratégica no contexto da conclusão do primeiro ano de mandato do Conselho de Administração.

No âmbito da programação cultural e editorial, realizou se, no dia 1 de julho, no Mosteiro dos Jerónimos, a apresentação da **Grande Edição Comentada e Ilustrada d’ Os Lusíadas, projeto editorial desenvolvido em parceria entre a Editora A Bela e o Monstro e o jornal PÚBLICO**. A iniciativa integrou se nas comemorações do V Centenário do nascimento de Luís de Camões, saboreando a língua portuguesa literária quinhentista e, com os comentários e ilustrações que tornam a edição especial, visitar os lugares tornados cenário do grande poema épico cuja trama histórica se desenrola um século antes da sua criação em verso.

Associado à **exposição “Meu matalote e amigo Luís de Camões”**, a MMP promoveu um ciclo de palestras de acesso gratuito, desenvolvido entre junho e julho, envolvendo vários museus da sua rede. No terceiro trimestre teve lugar o encerramento da exposição e do respetivo ciclo de palestras, que integrou cerca de 30 obras do acervo da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves,

do Museu Nacional de Arqueologia, do Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado, do Museu Nacional Grão Vasco, do Museu Nacional Soares dos Reis e do Palácio Nacional da Ajuda, contribuindo para a valorização e divulgação do património museológico no contexto das comemorações camonianas.

No domínio da participação e mediação cultural, prosseguiu o **projeto piloto “Mandar a quem manda nos Museus”**, com a realização de workshops no Museu Nacional de Etnologia, no Museu Nacional Grão Vasco e no Museu Nacional Soares dos Reis, visando a auscultação de jovens sobre o futuro dos museus e a promoção da cidadania cultural ativa.

Durante o período de verão, entre junho e setembro, a MMP assegurou uma **programação musical diversificada** nos seus museus, monumentos e palácios, contribuindo para a dinamização dos equipamentos culturais e para a diversificação da oferta dirigida aos visitantes, em articulação com a programação cultural regular.

A **exposição Vizinhanças – Ausências e Presenças** em torno da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves assinala os 120 anos da atribuição do Prémio Valmor e os 45 anos de abertura ao público da Casa-Museu. O projeto propõe uma reflexão sobre as transformações urbanas e arquitetónicas da sua envolvente e evidencia o potencial do museu como espaço de dinamização cultural e de restabelecimento de redes de cooperação, promovendo um modelo de gestão mais democrático, participativo e centrado nas pessoas.

O **Seminário Internacional “Redes Culturais num Mundo em Mudança. O que são e para que servem?”** realizou-se em Santa Maria da Feira, promovido pela Área Metropolitana do Porto, colocando a cultura no centro do debate sobre o desenvolvimento regional e europeu. Com a participação de responsáveis europeus e especialistas, destacou-se o papel das redes culturais como motores de coesão, diálogo e inovação. A Museus e Monumentos de Portugal foi apresentada como uma rede viva e dinâmica, empenhada na criação de ligações internas e externas, na valorização do património e na cooperação internacional, reforçando a importância das redes culturais como espaços de encontro, partilha e construção de futuro.

De modo a dar visibilidade a bens culturais desaparecidos, a UNESCO lançou, a 29 de setembro, o **Museu Virtual de Objetos Culturais Roubados, uma plataforma digital destinada a sensibilizar para o tráfico ilícito e promover a sua restituição. Portugal está representado com seis peças**, através do Palácio Nacional da Ajuda, do Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Nacional Soares dos Reis, incluindo joias da coroa, uma moeda romana em ouro e uma pintura de Henrique Pousão. A iniciativa, apoiada pela Interpol, reúne

atualmente 250 objetos de 56 países e foi apresentada na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, em Barcelona.

Os Museus do Norte passaram a integrar o projeto **“Prescrição Cultural”** com a formalização, a 26 de setembro, do **Consórcio Regional para a Prescrição Cultural no Norte de Portugal**, que envolve o Museu Nacional Soares dos Reis, o Museu do Abade de Baçal e o Museu de Alberto Sampaio. A iniciativa, promovida pela Universidade do Porto e pela CCDR Norte, procura promover a saúde, a inclusão e o bem-estar através da cultura e das artes, contando com a participação de várias entidades científicas e institucionais. O consórcio desenvolverá ações em rede nas áreas da capacitação, investigação, programação e mediação cultural junto das comunidades locais.

Desde 23 de setembro, o **Mosteiro dos Jerónimos passou a adotar um sistema de entradas por slots horários**, com o objetivo de gerir de forma mais equilibrada os fluxos de visitantes, melhorar a experiência de visita e assegurar melhores condições de trabalho às equipas. A capacidade diária foi ajustada para 3.000 bilhetes, contribuindo para a proteção do monumento e para uma visita mais segura e harmoniosa. A iniciativa, desenvolvida em estreita articulação com a equipa do Mosteiro, reforça o compromisso com a preservação do património e será continuamente monitorizada e ajustada, de forma a garantir uma gestão sustentável de um dos monumentos mais visitados do país.

No âmbito das obras de reabilitação do **Picadeiro Real**, encerrado ao público desde 29 de setembro, decorre até 22 de outubro uma complexa operação logística para **a transferência de oito tesouros nacionais e de mais de 170 peças do acervo para o novo edifício do Museu Nacional dos Coches**. A operação envolve uma equipa multidisciplinar do MNC e do Laboratório José de Figueiredo, em articulação com várias entidades especializadas e com o apoio da PSP, garantindo a segurança e integridade dos bens. Este esforço conjunto reforça o compromisso da MMP com a conservação e salvaguarda do património, prevendo-se posteriormente a intervenção de restauro dos oito hipomóveis classificados como bens de interesse nacional.

O **Memorando de Entendimento entre o Museu Nacional dos Coches e o Palace Museum de Pequim** tem promovido o intercâmbio cultural, técnico e científico entre as duas instituições. No âmbito desta cooperação, uma investigadora do museu chinês realizou um estágio de três meses em Portugal, aprofundando o estudo das viaturas históricas do MNC e promovendo a partilha de conhecimentos e boas práticas. Esta colaboração reforça a

valorização do património, abre perspectivas para futuras parcerias e exposições conjuntas e contribui para a internacionalização dos museus portugueses.

O **Museu Nacional de Arte Antiga** prepara-se para a próxima década com um encerramento ao público em setembro, no âmbito das **obras de remodelação financiadas pelo PRR**. A intervenção abrange a atualização da museografia e do discurso expositivo, a reformulação da sinalética, a reabilitação de coberturas e fachadas e a continuidade da conservação da Capela das Albertas. Para assinalar este momento, **o MNAA promoveu um programa de atividades gratuitas e, até à reabertura**, continuará a desenvolver iniciativas fora de portas, assegurando a prossecução da sua missão cultural.

O **Museu Nacional Resistência e Liberdade** foi distinguido com o **Prémio Europa Nostra 2025**, na categoria de Conservação e Reutilização Adaptativa, pelo projeto de reabilitação do Atelier AR4, da autoria do arquiteto João Barros Matos. A distinção, assinalada a 20 de setembro com o descerramento da placa comemorativa, reconhece o museu como um espaço de memória e um símbolo da resistência, da democracia e da liberdade.

Durante este trimestre, **a MMP associou-se às Jornadas Europeias do Património 2025**, sob o tema **Património Arquitetónico: Janelas para o Passado. Portas para o Futuro**. No âmbito da iniciativa, foi determinada a gratuitidade de entrada nas atividades com programação dedicada às Jornadas nos museus, monumentos e palácios sob gestão da MMP. Destacou-se ainda a participação na iniciativa Património Cultural PRR: Entre na Obra, que permitiu o acesso aos bastidores de intervenções financiadas pelo PRR. A MMP apresentou uma programação especial com visitas, conferências, concertos e atividades para diferentes públicos, reforçando a celebração e valorização do património cultural.

A sessão de **apresentação do livro Património da Humanidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo / World Heritage of the Lisbon and Tagus Valley Region** teve lugar a 21 de agosto, no Convento de Cristo. A obra, bilingue (PT-EN), reúne os bens da Região LVT classificados como Património Mundial pela UNESCO e apresenta-se em dois formatos editoriais. Com mais de 220 fotografias e contributos de uma equipa criativa e científica multidisciplinar, o livro destaca-se pela qualidade gráfica e documental, estando prevista a sua disponibilização nas lojas da Museus e Monumentos de Portugal.

No âmbito da **circulação da Coleção de Arte Contemporânea do Estado**, foi preparada a **exposição “Sonho Manifesto”**, inaugurada no Centro de Artes Villa Portela, em Leiria, inserida no programa de circulação nacional da CACE. A exposição, com obras do acervo e novas

aquisições, ficará patente até janeiro de 2026, reforçando a descentralização territorial e o acesso à arte contemporânea.

A MMP participou ainda na **apresentação pública da Rede RESIST**, realizada a 9 de julho no Museu Nacional Resistência e Liberdade, iniciativa que visa a articulação de entidades culturais e cívicas na preservação e valorização da memória da resistência à ditadura, enquadrada nos objetivos de promoção da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

No domínio da conservação e restauro, destaca-se o trabalho desenvolvido pelo **Laboratório José de Figueiredo, nomeadamente a revelação da assinatura original de Josefa de Óbidos** durante a intervenção de conservação e restauro da **pintura Menino Jesus em descanso**, pertencente ao Palácio Nacional de Mafra, reforçando o contributo científico da conservação especializada para o conhecimento do património artístico nacional. Paralelamente, foi concluída a primeira fase do restauro da Sala das Descobertas do Palácio Nacional de Mafra, no âmbito de um protocolo de mecenato celebrado entre a MMP e a Fundação Millennium BCP, encontrando-se prevista a sua valorização museológica em fase subsequente.

A MMP acompanhou, à distância, os trabalhos **da 47.ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, realizada em Paris**, assegurando o seguimento técnico da candidatura nacional “Obras de Álvaro Siza em Portugal”, cuja avaliação foi adiada.

No plano da capacitação e cooperação internacional, a **MMP participou na formação internacional READY**, promovida pelo ICCROM, realizada em Riga, reforçando competências em matéria de salvaguarda do património em contextos de risco e emergência.

No âmbito da **Rede Portuguesa de Museus, assinalaram-se os 25 anos da sua criação**, com continuidade das visitas em rede, ações de credenciação e monitorização e preparação de instrumentos de apoio ao setor, incluindo nova edição do ProMuseus, reforçando o trabalho colaborativo e a qualificação do tecido museológico nacional.

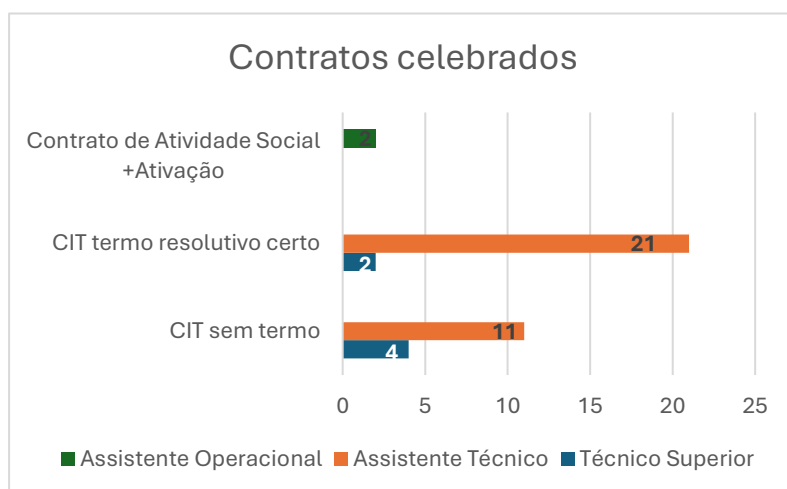
Concluiu-se, em Sagres, um ciclo de visitas aos 37 Museus e Monumentos sob gestão da MMP, iniciado em novembro de 2024 em Miranda do Douro. Ao longo de nove meses, estas visitas promoveram encontros transversais com as equipas, centrados na partilha de desafios, limitações, oportunidades e metas de conservação, sustentabilidade e serviço público. O percurso evidenciou o empenho e o orgulho das mais de mil pessoas que integram a MMP e reforçou a confiança num futuro construído de forma coletiva, assente no diálogo, na valorização das equipas e na melhoria contínua do serviço prestado.

Durante o trimestre registaram-se igualmente **avanços relevantes na modernização administrativa e digital da MMP**, nomeadamente a implementação do sistema FileDoc, o desenvolvimento de novas funcionalidades no site institucional, o lançamento do novo website do Museu Nacional da Música, o início da distribuição dos cartões de funcionário, a celebração de contrato de seguro de acidentes pessoais e a conclusão do procedimento de manutenção de extintores, contribuindo para o reforço da eficiência organizacional, da segurança e da uniformização de procedimentos.

Este conjunto de atividades evidencia uma execução consistente no terceiro trimestre de 2025, articulando valorização patrimonial, programação cultural, impacto social, cooperação institucional, capacitação técnica e modernização organizacional, em alinhamento com os objetivos estratégicos e com a missão de serviço público da Museus e Monumentos de Portugal.

DESPESAS COM PESSOAL

Uma das áreas de atuação prioritárias da Direção de Pessoas, tem sido o recrutamento de trabalhadores para colmatar a acentuada carência de recursos humanos com que os diversos Museus, Monumentos e Palácios (MMP), bem como os serviços da Casa-Mãe se têm vindo a deparar. Neste período foram celebrados 40 contratos, cuja distribuição por carreira/categoria e tipologia, consta no gráfico abaixo:



Dos procedimentos de recrutamento, em curso, com vista à celebração de contratos individuais de trabalho sem termo para o preenchimento de 32 postos de trabalho nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico, para diversos MMP e direções, foram concluídos o de Assistente Técnico para os museus de Lisboa, o de Assistente Técnico para a área da vigilância do Museu Nacional de Arte Antiga e o de Assistente Técnico de Conservação e Restauro para o Museu Nacional da Música.

No que se reporta a saídas de trabalhadores, ocorreram 38, distribuídas pelos seguintes motivos:

- Aposentação/Reforma: 19
- Mobilidades para outros organismos: 8
- Rescisão/cessação de contrato de trabalho: 9
- Cessão de mobilidade estatutária: 1
- Falecimento: 1

A promoção do bem-estar e melhoria das condições de trabalho de todos os nossos trabalhadores é uma das áreas prioritárias em matéria de gestão de recursos humanos, por ser também um dos aspetos mais valorizados pelos trabalhadores. Para esse efeito, a MMP celebrou um contrato com a empresa HIGIPREV, no dia 1 de setembro, no sentido de assegurar a promoção e a vigilância contínua da saúde, assim como a prevenção dos riscos profissionais.

A prestação deste serviço compreende quatro componentes:

1. Serviços de saúde, que integram a vigilância da saúde dos trabalhadores, através da realização de exames e consultas médicas com enfermeiro e médico do trabalho, com vista à determinação da aptidão dos trabalhadores para a função que exercem. Para além daqueles exames e consultas, que são obrigatórios, foi decidido pelo Conselho de Administração proporcionar, também, exames complementares a trabalhadoras com idade igual ou superior a 45 anos (mamografia com estudo ecográfico) e a trabalhadores com idade igual ou superior a 50 anos (análise tumoral PSA), como forma de promover uma avaliação de saúde mais abrangente;
2. Serviços de medicina curativa, que integram 8h/mês para a realização de teleconsultas de clínica geral para avaliação de situações de doença e prescrição de medicamentos ou exames complementares de diagnóstico, sempre que se justifique;
3. Serviços de Segurança e Higiene no Trabalho, que se traduzem na realização de visitas a todos os locais de trabalho da MMP, E.P.E. com vista ao diagnóstico das

condições de funcionamento e utilização das instalações, equipamentos, sistemas e processos de trabalho. Paralelamente, serão avaliados os riscos psicossociais e os riscos para a Segurança e para a Saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho.

4. Formação, através da realização de ações de formação online, em ‘Medidas de Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida’, ‘Evacuação de Pessoas e Combate a Incêndios’ e ‘Organização de Emergência’.

As visitas no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho bem com a realização dos exames e consultas já se encontram a decorrer, de forma faseada.

A Direção de Pessoas esteve sempre representada em todas as visitas de trabalho efetuadas pelos membros do Conselho de Administração aos MMP, com o objetivo de esclarecer os trabalhadores sobre todas as suas dúvidas e questões eventualmente pendentes, nomeadamente a aplicação do sistema de avaliação de desempenho (biénio 2023/2024 e 2025), a mobilidade intercarreiras, o acelerador de carreiras, o pagamento do trabalho suplementar em dia feriado e outras questões relacionadas com a transição para a MMP.

O processo de internalização do processamento de vencimentos e descontos legais, com a transferência das responsabilidades associadas para esta direção, tem implicado um esforço significativo, decorrente da complexidade das tarefas envolvidas e da necessidade de proceder a ajustamentos procedimentais identificados durante o processo de transição.

Neste mesmo período, manteve-se a atualização da informação na aplicação informática (PRIMAVERA), dado que a existente se tem vindo a revelar insuficiente para responder às diversas exigências legais em matéria de recursos humanos de todos os trabalhadores em exercício de funções nesta entidade.

Preparou-se a reunião do Conselho Coordenador de Avaliação, a qual veio a realizar-se a 14 de julho, com vista à verificação da situação do processo avaliativo do biénio 2023/2024; aprovação dos critérios de ponderação curricular para o biénio 2023/2024 e avaliação dos trabalhadores, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

No 3.º trimestre de 2025, os pagamentos acumulados relativos a *despesas com pessoal* ascenderam a 21,4 milhões de euros, correspondendo a 64,2% do total de pagamentos efetuados.

Despesa	3º trimestre 2025					Taxa Execução
	Dotação corrigida 1	%	Pagamentos (acumulados) 2	%	Saldo 3=1-2	% 4=2/1
Corrente	52 754 366 €	86,2%	32 369 410 €	97,2%	20 384 956 €	61,4%
Despesas com Pessoal	30 512 813 €	49,8%	21 391 715 €	64,2%	9 121 098 €	70,1%
Capital	8 480 088 €	13,8%	944 849 €	2,8%	7 535 239 €	11,1%
TOTAL	61 234 454 €	100,0%	33 314 259 €	100,0%	27 920 195 €	54,4%

As *despesas com pessoal* representam 49,8% do total da dotação corrigida, reflexo do investimento estratégico realizado na contratação de recursos humanos qualificados, de forma a responder às necessidades específicas identificadas em cada um dos equipamentos da MMP. Um dos principais objetivos definidos para esta área consiste em reverter o atraso acumulado e a situação de precariedade operacional dos museus, resultante de vários anos de desinvestimento nas pessoas e nas equipas.

Todos os pagamentos efetuados, bem como os movimentos de entrada e saída de trabalhadores, estão em conformidade com o orçamento aprovado e com as autorizações de recrutamento concedidas pela tutela.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PERÍODO

No terceiro trimestre de 2025, a receita cobrada total atingiu o montante de 40,18 milhões de euros, correspondendo a 64,4% da previsão corrigida.

Receita	3º trimestre 2025			Taxa Execução
	Previsão corrigida 1	Cobranças (acumuladas) 2	Saldo 3=1-2	% 4=2/1
Corrente	56 358 388 €	39 434 556 €	16 923 832 €	70,0%
Capital	6 066 617 €	750 000 €	5 316 617 €	12,4%
TOTAL	62 425 005 €	40 184 556 €	22 240 449 €	64,4%

No mesmo período, a despesa total apresentou uma execução 54,4% em termos de pagamentos, face à dotação total aprovada.

Despesa	3º trimestre 2025			Taxa Execução
	Dotação corrigida 1	Pagamentos (acumulados) 2	Saldo 3=1-2	% 4=2/1
Corrente	52 754 366 €	32 369 410 €	20 384 956 €	61,4%
Capital	8 480 088 €	944 849 €	7 535 239 €	11,1%
TOTAL	61 234 454 €	33 314 259 €	27 920 195 €	54,4%

Se excluirmos as despesas com o pessoal, a taxa de execução orçamental global apresenta uma descida, situando-se em 38,8 % em termos de pagamentos.

Despesa *	3º trimestre 2025			Taxa Execução
	Dotação corrigida 1	Pagamentos (acumulados) 2	Saldo 3=1-2	% 4=2/1
Corrente *	22 241 553 €	10 977 695 €	11 263 858 €	49,4%
Capital	8 480 088 €	944 849 €	7 535 239 €	11,1%
TOTAL	30 721 641 €	11 922 544 €	18 799 097 €	38,8%

**exclui as despesas c/pessoal*

Observa-se ainda que o valor da receita total corrigida é ligeiramente superior à dotação corrigida da despesa em cerca de 1,2 milhões de euros relativos a: transferência de verbas não previstas da Direção Geral das Autarquias Locais, no âmbito do n.º 7, do artigo 131.º, da Lei do Orçamento do Estado 2025 (devolução de verbas dos municípios sem auto assinado), assim como do recebimento de financiamento para os projetos ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento, no montante de 750 mil euros, que ainda não têm despesa associada/registada.

A execução orçamental no período considerado apresenta um total de recebimentos de 40,18 milhões de euros e um total de pagamentos de cerca de 33,3 milhões de euros, originando um saldo orçamental de 6,9 milhões de euros. Esta situação reflete um nível de execução da despesa inferior ao nível de execução da receita. Este saldo orçamental não inclui o saldo de gerência do ano anterior.

Tendo em conta a variação homóloga, verifica-se que a receita cobrada regista uma redução de 10,4 milhões de euros, correspondendo a uma variação negativa de cerca de 20,6 %. Por seu lado, a despesa paga apresenta um crescimento de 42,6 % (quase 10 milhões de euros).

Descrição	3º trimestre 2025 (acumulado)	3º trimestre 2024 (acumulado)	Variação Homóloga	
			Absoluta	%
	1	2	3=1-2	4=3/2
Receita				
Previsão corrigida	62 425 005 €	60 872 423 €	1 552 582 €	2,6%
Cobranças	40 184 556 €	50 591 998 €	-10 407 442 €	-20,6%
Despesa				
Dotação corrigida	61 234 454 €	59 397 681 €	1 836 773 €	3,1%
Pagamentos	33 314 259 €	23 358 351 €	9 955 908 €	42,6%

Nos pontos seguintes será efetuada uma análise mais detalhada da execução da receita, e da despesa, verificada no 3º trimestre de 2025.

ANÁLISE DA RECEITA

A previsão da receita corrigida para o ano de 2025 ascende ao montante de 62,4 milhões de euros, sendo que deste total 90,3% correspondem a *receitas correntes*, conforme se pode comprovar no quadro seguinte:

Descrição	Previsão corrigida		Cobranças (acumuladas)		Previsão por Cobrar(€) 3=1-2	Grau de execução Cobranças (%) 4=2/1
	1		2			
	Valor (€)	%	Valor (€)	%		
Receitas correntes	56 358 388 €	90,3%	39 434 556 €	98,1%	16 923 832 €	70,0%
Transferências correntes	35 917 024 €	57,5%	21 700 470 €	54,0%	14 216 554 €	60,4%
Venda de bens e serviços correntes	19 721 394 €	31,6%	17 113 629 €	42,6%	2 607 765 €	86,8%
Outras receitas correntes	719 970 €	1,2%	620 457 €	1,5%	99 513 €	86,2%
Receitas de capital	1 335 617 €	2,1%	750 000 €	1,9%	585 617 €	56,2%
Venda de bens de investimento	0 €	0,0%	0 €	0,0%	0 €	-
Transferências de capital	1 335 617 €	2,1%	750 000 €	1,9%	585 617 €	56,2%
Outras receitas de capital	0 €	0,0%	0 €	0,0%	0 €	-
Total das Receitas Efetivas	57 694 005 €	92,4%	40 184 556 €	100,0%	17 509 449 €	69,7%
Ativos financeiros	0 €	0,0%	0 €	0,0%	0 €	-
Passivos financeiros	4 731 000 €	7,6%	0 €	0,0%	4 731 000 €	0,0%
Total das Receitas não Efetivas	4 731 000 €	7,6%	0 €	0,0%	4 731 000 €	0,0%
Total	62 425 005 €	100,0%	40 184 556 €	100,0%	22 240 449 €	64,4%

Relativamente às *receitas correntes*, cuja previsão corrigida anual ascende a 56,4 milhões de euros, verifica-se, até setembro de 2025, um grau de execução de 70 %, correspondente às cobranças efetivas acumuladas.

As *transferências correntes* representam a principal componente das receitas correntes, com um peso expressivo na execução orçamental. Para uma previsão anual de 35,9 milhões de euros, foram cobrados 21,7 milhões até ao final de setembro, o que corresponde a uma taxa de execução de 60,4%. Destaca-se, neste âmbito, a indemnização compensatória, com uma dotação de 31,4 milhões de euros, da qual foram arrecadados 18,3 milhões no período em análise. Adicionalmente, registaram-se 2,6 milhões de euros resultantes do protocolo celebrado com a Associação de Turismo de Lisboa (no âmbito do Lisboa Card) e 330 mil euros transferidos pela Direção-Geral das Autarquias Locais, ao abrigo do n.º 7 do artigo 131.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (referente à devolução de verbas de municípios sem auto de transferência formalizado).

Na rubrica de *venda de bens e serviços correntes*, cuja previsão corrigida é de 19,7 milhões de euros, a execução situou-se em 86,8%, incluindo receitas de bilheteira, publicações, cedência de espaços e receitas consignadas.

Quanto a *outras receitas correntes*, com uma previsão corrigida de 720 mil euros, verificou-se uma taxa de execução bastante elevada (86,2%). O montante cobrado corresponde, essencialmente, a devoluções de quantias anteriormente pagas, originando reposições não abatidas aos pagamentos.

Relativamente às *receitas de capital*, com uma previsão corrigida de 1,3 milhões de euros, registaram uma execução de 750 mil euros, relativos ao recebimento de verbas de projetos de investimento ARI. Neste capítulo está ainda prevista receita associada a projetos financiados por fundos europeus, ainda em fase preparatória.

As *receitas não efetivas* totalizam 4,7 milhões de euros, classificadas como *passivo financeiro*. Este montante corresponde à transferência a realizar pela Entidade do Tesouro e Finanças (ETF, ex-DGTF), destinada ao aumento de capital para a reabilitação do Palácio do Burnay e respetivos jardins, conforme estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2024.

Importa referir que, no último trimestre de 2024, a ETF procedeu à libertação de 2,87 milhões de euros, valor não integralmente utilizado em despesa. Atendendo à execução física dos trabalhos em curso, não se prevê a necessidade de novos desembolsos em 2025, sendo inscrito o saldo remanescente de 12,89 milhões de euros nos anos seguintes. Recorde-se que a RCM n.º 15/2024, de 22 de janeiro, autorizou a assunção de encargos plurianuais no montante global de 15,76 milhões de euros, cuja plurianualidade se encontra em fase de atualização.

Cumpra ainda salientar que, no processo de aprovação do orçamento para 2025, esta receita — inicialmente proposta como *transferência de capital* (receita efetiva) na fonte de financiamento 721 — foi reclassificada pela Entidade Orçamental (ex-DGO) como receita proveniente de *passivos financeiros (receita não efetiva)*. Esta alteração resulta do entendimento da ETF, que registou a verba como *dotações de capital* (D.09 – ativos financeiros), impondo, assim, a reclassificação da receita da MMP como R.12 – *passivos financeiros*, em conformidade com as regras de compatibilização de fluxos entre entidades dadoras e beneficiárias.

Uma vez que, do lado da despesa, o investimento foi corretamente enquadrado na classificação económica 07 – *Investimento (despesa efetiva)*, esta reclassificação da receita repercute-se no cálculo do *Saldo Global (Receita Efetiva – Despesa Efetiva)*, originando um saldo negativo. Face a esta incongruência, foi solicitado esclarecimento à Entidade Orçamental, que confirmou a obrigatoriedade da reclassificação nos termos referidos.

No quadro seguinte é efetuada a desagregação do total da receita por fonte de financiamento:

Descrição	Previsão corrigida		Cobranças (acumuladas)		Previsão por Cobrar(€) 3=1-2	Grau de execução Cobranças (%) 4=2/1
	1		2			
	Valor (€)	%	Valor (€)	%		
Por Fonte Financiamento (FF)						
Indemnização Compensatória	31 450 000 €	50,4%	18 345 833 €	45,7%	13 104 167 €	58,3%
Receitas de Impostos	440 551 €	0,7%	330 372 €	0,8%	110 179 €	75,0%
Receitas Próprias	28 909 583 €	46,3%	20 758 351 €	51,7%	8 151 232 €	71,8%
Fundos Europeus	874 871 €	1,4%	0 €	0,0%	874 871 €	0,0%
Fundos Internacionais	750 000 €	1,2%	750 000 €	1,9%	0 €	100,0%
Total da Receita por FF	62 425 005 €	100,0%	40 184 556 €	100,0%	22 240 449 €	64,4%

As principais fontes de financiamento previstas para 2025 concentram-se, maioritariamente, na *indemnização compensatória*, que representa 50% do total da receita prevista, e nas *receitas próprias*, com um peso de 46%.

No que respeita à taxa de execução acumulada no 3.º trimestre, as *receitas de fundos internacionais ARI* (100%) e as *receitas de impostos* (75%) registam o desempenho mais expressivo, seguidas das *receitas próprias* com 71%.

A análise comparativa com o período homólogo evidencia uma evolução desfavorável da receita corrente, traduzida numa redução de 11,1 milhões de euros na cobrança, o que corresponde a um decréscimo de 22% face ao terceiro trimestre de 2024.

Descrição	3º trimestre 2025		3º trimestre 2024		Variação Homóloga Cobranças		Taxa de Execução Cobranças(%)	
	Previsão corrigida	Cobranças (acumuladas)	Previsão corrigida	Cobranças (acumuladas)	Valor (€)	%	3º trimestre 2025	3º trimestre 2024
	1	2	3	4	5=2-4	6=5/4	7=2/1	8=4/3
Receitas correntes	56 358 388 €	39 434 556 €	60 872 423 €	50 591 998 €	-11 157 442 €	-22,1%	70,0%	83,1%
Transferências correntes	35 917 024 €	21 700 470 €	36 310 112 €	25 697 612 €	-3 997 142 €	-15,6%	60,4%	70,8%
Venda de bens e serviços correntes	19 721 394 €	17 113 629 €	24 562 311 €	24 894 386 €	-7 780 757 €	-31,3%	86,8%	101,4%
Outras receitas correntes	719 970 €	620 457 €	0 €	0 €	620 457 €	-	86,2%	-
Receitas de capital	1 335 617 €	750 000 €	0 €	0 €	750 000 €	-	56,2%	-
Venda de bens de investimento	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Transferências de capital	1 335 617 €	750 000 €	0 €	0 €	750 000 €	-	56,2%	-
Outras receitas de capital	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Total das Receitas Efetivas	57 694 005 €	40 184 556 €	60 872 423 €	50 591 998 €	-10 407 442 €	-20,6%	69,7%	83,1%
Ativos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Passivos financeiros	4 731 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Total das Receitas não Efetivas	4 731 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Total	62 425 005 €	40 184 556 €	60 872 423 €	50 591 998 €	-10 407 442 €	-20,6%	64,4%	83,1%
Por Fonte Financiamento (FF)								
Indemnização Compensatória	31 450 000 €	18 345 833 €	30 450 000 €	22 837 500 €	-4 491 667 €	-19,7%	58,3%	75,0%
Receitas de Impostos	440 551 €	330 372 €	0 €	0 €	330 372 €	-	75,0%	-
Receitas Próprias	28 909 583 €	20 758 351 €	30 422 423 €	27 754 498 €	-6 996 147 €	-25,2%	71,8%	91,2%
Fundos Europeus	874 871 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Fundos Internacionais	750 000 €	750 000 €	0 €	0 €	750 000 €	-	100,0%	-
Total da Receita por FF	62 425 005 €	40 184 556 €	60 872 423 €	50 591 998 €	-10 407 442 €	-20,6%	64,4%	83,1%

Esta variação da *receita corrente* negativa resulta, essencialmente, do comportamento das *transferências correntes* e da *venda de bens e serviços correntes*, conforme se detalha seguidamente:

- A indemnização compensatória registou, no período em análise, um valor cobrado inferior em 4,4 milhões de euros relativamente ao período homólogo. Esta diferença decorre do facto de, em 2025, as transferências trimestrais efetuadas não terem observado integralmente o montante previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2025, impactando negativamente o nível de cobrança acumulada até ao terceiro trimestre.
- No que respeita às receitas próprias, regista-se uma redução de 6,9 milhões de euros face ao período homólogo, em particular as provenientes da venda de bens e serviços correntes. Esta variação expressiva resulta da conjugação de vários fatores, destacando-se, desde logo, um efeito de base comparativa. Com efeito, no terceiro trimestre de 2024, o montante das receitas próprias incluía o saldo de gerência transitado do exercício anterior, no valor de 1.385.370

euros, situação que não se verificou no terceiro trimestre de 2025, contribuindo para o diferencial observado na análise homóloga.

Adicionalmente, o terceiro trimestre de 2025 não reflete a totalidade da receita própria efetivamente cobrada até setembro, uma vez que, até essa data, não se encontrava ainda registada no sistema contabilístico (PRIMAVERA) a receita própria depositada nas contas bancárias individuais dos museus. Esta receita, no montante aproximado de 4 milhões de euros, foi reconhecida contabilisticamente apenas no quarto trimestre de 2025, na sequência dos trabalhos de conciliação bancária, não impactando, por esse motivo, os valores apurados para o terceiro trimestre, e agravando o efeito comparativo entre períodos.

Para além destes efeitos, a evolução da receita própria reflete igualmente o impacto de fatores estruturais e de política pública, designadamente a medida de gratuitidade “Acesso 52” iniciada em 1 de agosto de 2024, e os encerramentos totais ou parciais de equipamentos culturais decorrentes de intervenções financiadas pelo PRR, os quais condicionam a capacidade de geração de receita no curto prazo.

No que respeita às receitas de capital, registou-se, durante o período em análise, uma cobrança de 750 mil euros, proveniente de projetos de investimento financiados no âmbito do ARI, contribuindo para mitigar parcialmente a redução verificada nas receitas correntes.

Em resultado do comportamento descrito, a taxa de execução da receita total cobrada registou uma redução de cerca de 20 pontos percentuais, explicada fundamentalmente pela quebra significativa no grau de execução das receitas correntes, em particular das transferências associadas à indemnização compensatória.

ANÁLISE DA DESPESA

A dotação corrigida da despesa para o exercício de 2025 é de 61,2 milhões de euros, tendo-se verificado, na execução acumulada no 3º trimestre, uma execução global de 54,4 % ao nível dos pagamentos efetuados.

Descrição	Dotação corrigida		Pagamentos (acumulados)		Saldo de pagamentos 3=1-2	Grau de execução orçamental pagamentos (%) 4=2/1
	1		2			
	Valor	%	Valor	%		
Despesas correntes	52 754 366 €	86,2%	32 369 410 €	97,2%	20 384 956 €	61,4%
Despesas com pessoal	30 512 813 €	49,8%	21 391 715 €	64,2%	9 121 098 €	70,1%
Aquisição de bens e serviços	19 453 382 €	31,8%	9 357 958 €	28,1%	10 095 424 €	48,1%
Bens	2 038 674 €	3,3%	715 411 €	2,1%	1 323 263 €	35,1%
Combustíveis	118 181 €	0,2%	5 433 €	0,0%	112 748 €	4,6%
Limpeza e Higiene	200 250 €	0,3%	56 571 €	0,2%	143 679 €	28,3%
Vestuário e artigos pessoais	98 000 €	0,2%	0 €	0,0%	98 000 €	0,0%
Material de Escritório	310 840 €	0,5%	53 737 €	0,2%	257 103 €	17,3%
Material de consumo clínico	17 000 €	0,0%	0 €	0,0%	17 000 €	0,0%
Outro material-peças	10 000 €	0,0%	0 €	0,0%	10 000 €	0,0%
Prémios, condecorações e ofertas	30 000 €	0,0%	128 €	0,0%	29 872 €	0,4%
Mercadorias para venda	500 000 €	0,8%	364 875 €	1,1%	135 125 €	73,0%
Ferramentas e utensílios	82 000 €	0,1%	43 013 €	0,1%	38 987 €	52,5%
Livros e documentação técnica	40 000 €	0,1%	4 556 €	0,0%	35 444 €	11,4%
Artigos honoríficos e de decoração	10 000 €	0,0%	0 €	0,0%	10 000 €	0,0%
Material educação, cultura e recreio	300 000 €	0,5%	425 €	0,0%	299 575 €	0,1%
Outros bens	322 403 €	0,5%	186 673 €	0,6%	135 730 €	57,9%
Serviços:	17 414 708 €	28,4%	8 642 547 €	25,9%	8 772 161 €	49,6%
Encargos das instalações	2 318 328 €	3,8%	1 090 118 €	3,3%	1 228 210 €	47,0%
Limpeza e higiene	2 195 387 €	3,6%	865 560 €	2,6%	1 329 827 €	39,4%
Conservação de bens	904 206 €	1,5%	516 127 €	1,5%	388 079 €	57,1%
Locação de edifícios	30 000 €	0,0%	7 811 €	0,0%	22 189 €	26,0%
Locação de material informático	60 000 €	0,1%	0 €	0,0%	60 000 €	0,0%
Locação de material de transporte	107 764 €	0,2%	34 653 €	0,1%	73 111 €	32,2%
Locação de outros bens	85 000 €	0,1%	52 689 €	0,2%	32 311 €	62,0%
Comunicações	288 207 €	0,5%	58 440 €	0,2%	229 767 €	20,3%
Transportes	529 600 €	0,9%	237 207 €	0,7%	292 393 €	44,8%
Representação dos serviços	12 626 €	0,0%	100 €	0,0%	12 526 €	0,8%
Seguros	194 900 €	0,3%	33 747 €	0,1%	161 153 €	17,3%
Deslocações e estadas	223 845 €	0,4%	84 544 €	0,3%	139 301 €	37,8%
Estudos, pareceres e projetos	158 960 €	0,3%	75 297 €	0,2%	83 663 €	47,4%
Formação	68 000 €	0,1%	26 746 €	0,1%	41 254 €	39,3%
Seminários, exposições e similares	783 803 €	1,3%	498 472 €	1,5%	285 331 €	63,6%
Publicidade	115 490 €	0,2%	38 433 €	0,1%	77 057 €	33,3%
Vigilância e segurança	6 104 190 €	10,0%	3 300 074 €	9,9%	2 804 116 €	54,1%
Assistência técnica	365 632 €	0,6%	93 307 €	0,3%	272 325 €	25,5%
Outros trabalhos especializados	1 571 547 €	2,6%	825 074 €	2,5%	746 473 €	52,5%
Serviços de saúde	81 639 €	0,1%	0 €	0,0%	81 639 €	0,0%
Outros serviços de saúde	20 000 €	0,0%	2 780 €	0,0%	17 220 €	13,9%
Outros serviços	1 195 584 €	2,0%	801 368 €	2,4%	394 216 €	67,0%
Juros e outros encargos	20 000 €	0,0%	0 €	0,0%	20 000 €	0,0%
Transferências correntes	272 573 €	0,4%	66 403 €	0,2%	206 170 €	24,4%
Outras despesas correntes	2 495 598 €	4,1%	1 553 334 €	4,7%	942 264 €	62,2%
Despesas de capital	7 480 088 €	12,2%	944 849 €	2,8%	6 535 239 €	12,6%
Aquisição de bens de capital	7 480 088 €	12,2%	944 849 €	2,8%	6 535 239 €	12,6%
Total das Despesas Efetivas	60 234 454 €	98,4%	33 314 259 €	100,0%	26 920 195 €	55,3%
Ativos financeiros	1 000 000 €	1,6%	0 €	0,0%	1 000 000 €	0,0%
Total das Despesas não Efetivas	1 000 000 €	1,6%	0 €	0,0%	1 000 000 €	0,0%
Total	61 234 454 €	100,0%	33 314 259 €	100,0%	27 920 195 €	54,4%

Do lado da despesa, destacam-se, pela sua relevância, os *encargos com pessoal* e com a *aquisição de bens e serviços*, que, em conjunto, representam 81,6% da dotação corrigida e correspondem a 92,3% da despesa paga no período em análise.

As *despesas com pessoal* assumem particular preponderância, correspondendo a 49,8% da dotação corrigida e a 64,2% dos pagamentos efetuados. Este resultado decorre, em grande medida, do esforço de reforço de recursos humanos levado a cabo pela MMP, designadamente através da celebração de 40 novos contratos de trabalho para suprir necessidades nos Museus, Monumentos e serviços centrais. Encontram-se ainda em curso processos de recrutamento, com vista à criação de 32 novos postos de trabalho nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico. Em paralelo, registaram-se 38 cessações de vínculo: 19 por aposentação, 8 por mobilidade, 9 por rescisão/cessação de contrato de trabalho e 2 por outros motivos.

Acresce referir que foram realizados reposicionamentos remuneratórios de trabalhadores da carreira de assistente operacional com 23 a 31 anos de serviço, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, bem como de trabalhadores com 8 ou mais pontos SIADAP que, por não reunirem os requisitos para o acelerador de carreiras (nomeadamente os 18 anos de funções públicas até 30 de agosto de 2023), foram abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto.

No que se refere à *aquisição de bens e serviços*, a execução situou-se em 28,1% em termos de pagamentos, para uma dotação corrigida de 19,4 milhões de euros. A maior parcela destas despesas corresponde a serviços de limpeza e higiene, vigilância e segurança, bem como a encargos de instalação e à contratação de serviços e trabalhos especializados.

Da análise da despesa por fonte de financiamento, constata-se que a *indemnização compensatória* constitui a principal origem de financiamento, representando 51,4% da dotação corrigida e 55,1% da despesa paga. Este valor está diretamente associado ao financiamento das *despesas com pessoal*, suportadas em grande medida por esta transferência.

Descrição	Dotação corrigida		Pagamentos (acumulados)		Saldo de pagamentos 3=1-2	Grau de execução orçamental pagamentos (%) 4=2/1
	1 Valor	%	2 Valor	%		
Por Fonte Financiamento (FF)						
Indemnização Compensatória	31 450 000 €	51,4%	18 345 833 €	55,1%	13 104 167 €	58,3%
Receitas Próprias	28 909 583 €	47,2%	14 968 426 €	44,9%	13 941 157 €	51,8%
Fundos Europeus	874 871 €	1,4%	0 €	0,0%	874 871 €	0,0%
Total da Despesa por FF	61 234 454 €	100,0%	33 314 259 €	100,0%	27 920 195 €	54,4%

Se analisarmos a variação homóloga ao nível dos pagamentos, constata-se um acréscimo de quase 10 milhões de euros nas despesas pagas, o que representa um aumento de 42,6 % face ao período homólogo.

Descrição	3º trimestre 2025		3º trimestre 2024		Variação Homóloga Pagamentos		Taxa de Execução Pagamentos(%)	
	Dotação corrigida 1	Pagamentos (acumulados) 2	Dotação corrigida 3	Pagamentos (acumulados) 4	Valor 5=2-4	% 6=5/4	3º trimestre 2025 7=2/1	3º trimestre 2024 8=4/3
Despesas correntes	52 754 366 €	32 369 410 €	51 766 108 €	20 844 342 €	11 525 068 €	55,3%	61,4%	40,3%
Despesas com pessoal	30 512 813 €	21 391 715 €	28 003 990 €	15 576 588 €	5 815 127 €	37,3%	70,1%	55,6%
Aquisição de bens e serviços	19 453 382 €	9 357 958 €	21 028 098 €	3 988 588 €	5 369 370 €	134,6%	48,1%	19,0%
Juros e outros encargos	20 000 €	0 €	20 000 €	2 468 €	-2 468 €	-	0,0%	-
Transferências correntes	272 573 €	66 403 €	1 694 000 €	798 580 €	-732 177 €	-91,7%	24,4%	47,1%
Outras despesas correntes	2 495 598 €	1 553 334 €	1 020 020 €	478 118 €	1 075 216 €	224,9%	62,2%	46,9%
Despesas de capital	7 480 088 €	944 849 €	7 631 573 €	2 514 009 €	-1 569 160 €	-62,4%	12,6%	32,9%
Aquisição de bens de capital	7 480 088 €	944 849 €	7 631 573 €	2 514 009 €	-1 569 160 €	-62,4%	12,6%	32,9%
Total das Despesas Efetivas	60 234 454 €	33 314 259 €	59 397 681 €	23 358 351 €	9 955 908 €	42,6%	55,3%	39,3%
Ativos financeiros	1 000 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Passivos financeiros	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Total das Despesas não Efetivas	1 000 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Total	61 234 454 €	33 314 259 €	59 397 681 €	23 358 351 €	9 955 908 €	42,6%	54,4%	39,3%
Por Fonte Financiamento (FF)								
Indemnização Compensatória	31 450 000 €	18 345 833 €	30 450 000 €	13 462 863 €	4 882 970 €	36,3%	58,3%	44,2%
Receitas de Impostos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Receitas Próprias	28 909 583 €	14 968 426 €	28 947 681 €	9 895 486 €	5 072 940 €	51,3%	51,8%	34,2%
Fundos Europeus	874 871 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0,0%	-
Fundos Internacionais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	-	-	-
Total da Despesa por FF	61 234 454 €	33 314 259 €	59 397 681 €	23 358 349 €	9 955 910 €	42,6%	54,4%	39,3%

Além disso, em termos acumulados, verificou-se no 3.º trimestre de 2025 uma redução na *aquisição de bens de capital* face ao período homólogo. Esta diminuição explica-se pelo facto de, no ano de 2024, terem sido efetuados pagamentos referentes à aquisição de obras de arte no âmbito da transição, situação que não se repetiu até setembro de 2025.

Em contrapartida, registou-se um aumento nos pagamentos associados à *aquisição de bens e serviços*, bem como nas *despesas com pessoal*. O crescimento das *despesas com bens e serviços* resultou, sobretudo, do acréscimo dos encargos com serviços de limpeza e higiene, da contratação de trabalhos especializados e outros serviços, bem como de despesas de conservação de bens. Já o aumento das *despesas com pessoal* está diretamente relacionado com o reforço do número de trabalhadores verificado ao longo do ano de 2025, em termos acumulados, face ao período homólogo.

No que se refere às taxas de execução acumulada em pagamentos, o 3.º trimestre de 2025 registou 54%, valor superior ao apurado no período homólogo de 2024, que se situou em 39%.

Análise Global da Execução Orçamental

No terceiro trimestre de 2025, a execução orçamental evidencia uma redução homóloga da receita corrente, em particular da receita própria, explicada maioritariamente por efeitos temporais e de base comparativa, não refletindo uma quebra estrutural da atividade da MMP. Destacam-se, por um lado, a inclusão, em 2024, de receitas associadas ao saldo de gerência, e, por outro, o facto de parte relevante da receita própria efetivamente cobrada em 2025 — cerca de 4 milhões de euros — ter sido registada contabilisticamente apenas no quarto trimestre, na sequência de trabalhos de conciliação bancária.

Em paralelo, a execução da despesa apresentou um crescimento significativo face ao período homólogo, refletindo opções estratégicas de reforço de recursos humanos e de recuperação da capacidade operacional dos museus e monumentos. O desfasamento entre o ritmo de execução da despesa e o reconhecimento contabilístico da receita explica a evolução dos principais indicadores no trimestre, mantendo-se, contudo, o equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira da MMP, sustentados por uma gestão prudente e pelo alinhamento da execução com os objetivos estratégicos e a missão de serviço público.

Assinado por: **SÓNIA CRISTINA GALEGO TEIXEIRA**
Num. de Identificação: 10537885
Data: 2026.03.12 16:10:57+00'00'



MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL, EPE

Relatório do Revisor Oficial de Contas

Execução 3º Trimestre de 2025

(unidade monetária em euros, salvo outra menção)

1. Introdução

Nos termos do mandato que nos foi conferido, de acordo com o Ofício circular n.º 2447, de 3 de maio de 2018, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e do Despacho n.º 155/2018-SET, de 9 de março do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, e numa aplicação extensiva das competências de fiscalização previstas no n.º 3, do artigo 12.º dos Estatutos da Museus e Monumentos de Portugal, EPE (doravante designado por MMP ou Entidade), procedemos à revisão do documento designado de “Relatório da Execução Orçamental - 3º trimestre”, do ano de 2025, elaborado pelo Conselho de Administração (CA), vem o Revisor Oficial de Contas emitir o Relatório sobre a sua Execução.

Salienta-se que devido ao facto de o relato financeiro de 2024 ainda não ter sido aprovado, o relatório apresentado pelo Conselho de Administração ter especial incidência sobre a execução orçamental provisória de janeiro a setembro de 2025.

Por outro lado, refere-se que não foi apresentada informação financeira intercalar de execução preparada em regime de acréscimo (informação patrimonial com a demonstração dos resultados e de balanço).

O âmbito e estrutura deste relatório do 3º trimestre é da nossa inteira responsabilidade.

2. Atividade por nós desenvolvida

Tendo em consideração o exposto no ponto acima, relativamente ao 3º trimestre de 2025, a nossa intervenção consistiu:

- Na análise das atas do Conselho de Administração;
- Na análise da execução do Plano de Atividades e Orçamento apresentado para 2025;
- Na análise dos Relatórios sobre a Despesa e Receita reportada até setembro de 2025, elaborados pelo CA, tendo em consideração a verificação da sua consistência com os registos contabilísticos e os desvios apurados face ao orçamento;
- Em contactos recentes com o CA e os serviços da Entidade, inteirando-nos da sua atividade no período em apreço;
- Na análise da informação de natureza contabilística, orçamental e estatística, relativa ao período em causa, preparada pelos serviços da Entidade, solicitando e obtendo os esclarecimentos tidos por convenientes;



- Na verificação do cumprimento das obrigações de carácter fiscal a que está sujeito a MMP.

3. Execução orçamental até setembro de 2025

a. Receita

A previsão da receita corrigida para o ano de 2025 é de 62.425 mil euros. A execução até 3º trimestre de 2025 é a seguinte:

Designação	Previsão Anual Corrigida	Cobrança	Previsão por cobrar	Grau de execução - Cobranças
Transferências Correntes	35 917 024	21 700 470	14 216 554	60,42%
Vendas de bens e serviços correntes	19 721 394	17 113 629	2 607 765	86,78%
Outras Receitas Correntes	719 970	620 457	99 513	86,18%
Receitas Correntes	56 358 388	39 434 556	16 923 832	69,97%
Vendas de bens de investimento	0	0	0	-
Transferências de capital	1 335 617	750 000	585 617	56,15%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	-
Receitas de Capital	1 335 617	750 000	585 617	56,15%
Ativos Financeiros	0	0	0	-
Passivos Financeiros	4 731 000	0	4 731 000	0,00%
Total de Receitas não Efetivas	4 731 000	0	4 731 000	0,00%
Total de Receitas	62 425 005	40 184 556	22 240 449	64,37%

As receitas correntes representam 97,7% do total das receitas efetivas previstas, sendo que nestas as transferências correntes têm um peso de 62%, com um grau de execução de 60,4% das cobranças. Estas receitas têm uma dotação corrigida de 35,9 milhões de euros e correspondem às quantias recebidas:

- das indemnizações compensatórias, que têm uma previsão de 31,4 milhões de euros, tendo sido cobrados 18,3 milhões de euros;
- de protocolos estabelecidos com a ATL (Lisboa Card), na quantia de 2,6 milhões de euros.

No que diz respeito às vendas de bens e serviços prestados a previsão corrigida para 2025 é de 19,7 milhões de euros, tendo registado até ao 3º trimestre 17,1 milhões de euros de cobranças o que corresponde a um grau de execução de 86,8%. As quantias em causa decorrem da cedência de espaços e da venda de bilhetes e publicações.

As receitas de capital têm uma previsão corrigida para 2025 de 1.336 mil euros tendo sido registado uma execução de 750 mil euros, relativos ao recebimento de verbas de projetos de investimento ARI. Salienta-se ainda que se encontram previstas receitas associadas a projetos financiados por fundos europeus, cuja execução ainda se encontra em fase preparatória.

As receitas não efetivas compreendem na sua totalidade à transferência a realizar pela Entidade do Tesouro e Finanças, a título de aumento de capital, destinada à reabilitação do palácio Burnay e respetivos jardins, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2024.



O total de receitas correntes e de capital obtidas no 3º trimestre de 2025, podem ser desagregadas por fonte de financiamento, de acordo com o detalhe do quadro abaixo:

Receita - Por Fonte de Financiamento	Previsão Anual Corrigida	Cobrança	Previsão por cobrar	Grau de execução - Cobranças
Indemnização Compensatória	31 450 000	18 345 833	13 104 167	58,33%
Receitas de Impostos (saldo de gerência)	440 551	330 372	110 179	74,99%
Receitas Próprias	28 909 583	20 758 351	8 151 232	71,80%
Fundos Europeus	874 871	0	874 871	0,00%
Fundos Internacionais	750 000	750 000	0	100,00%
Total de Receitas Efetivas	62 425 005	40 184 556	22 240 449	64,37%

Como se pode verificar no quadro acima as duas fontes de financiamento mais representativas são as indemnizações compensatórias e receitas próprias que no seu conjunto, representam 97,3% da cobrança efetuada.

Se realizarmos uma análise comparativa com o período homólogo de 2024 verificamos o seguinte:

Designação	3º Trimestre de 2025		3º trimestre de 2024		Variação Homóloga Cobranças		Taxa de Execução das Cobranças (%)	
	Previsão corrigida	Cobrança	Previsão Corrigida	Cobrança	Valor	%	3º Trimestre 25	3º Trimestre 24
Transferências Correntes	35 917 024	21 700 470	36 310 112	25 697 612	-3 997 142	-15,6%	60,42%	70,77%
Vendas de bens e serviços correntes	19 721 394	17 113 629	24 562 311	24 894 386	-7 780 757	-31,3%	86,78%	101,35%
Outras Receitas Correntes	7 19 970	620 457	0	0	620 457	-	86,18%	-
Receitas Correntes	56 358 388	39 434 556	60 872 423	50 591 998	-11 157 442	-22,1%	69,97%	83,11%
Vendas de bens de investimento	0	0	0	0	0	-	-	-
Transferências de capital	1 335 617	750 000	0	0	750 000	-	56,15%	-
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	-	-	-
Receitas de Capital	1 335 617	750 000	0	0	750 000	-	56,15%	-
Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	-	-	-
Passivos Financeiros	4 731 000	0	0	0	0	-	-	-
Total de Receitas não Efetivas	4 731 000	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Total de Receitas	62 425 005	40 184 556	60 872 423	50 591 998	-10 407 442	-20,6%	64,37%	83,11%

Como podemos verificar no quadro acima, verifica-se uma evolução desfavorável nas receitas correntes, com uma redução de 11.157 mil euros (-22,1%).

A diminuição da receita corrente resulta de um conjunto de fatores que afetaram, em particular, as transferências correntes e as receitas próprias associadas à venda de bens e serviços correntes. No domínio das transferências correntes, destaca-se a indemnização compensatória, cujo montante recebido até ao final do terceiro trimestre de 2025 ficou aquém do registado no período homólogo em cerca de 4,4 milhões de euros. Este desvio decorre do facto de as transferências trimestrais processadas em 2025 não terem correspondido integralmente aos valores previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2025, reduzindo, por essa via, a receita efetivamente arrecadada no período.

Também as receitas próprias evidenciam uma quebra relevante, no montante de 6,9 milhões de euros face ao período homólogo, sobretudo nas rubricas respeitantes à venda de bens e serviços correntes.

Acresce que a informação contabilística relativa ao terceiro trimestre de 2025 não incluía ainda a totalidade das receitas próprias efetivamente recebidas até setembro. Em concreto, encontrava-se por registar no sistema contabilístico PRIMAVERA a receita depositada nas contas bancárias individuais dos museus, estimada em cerca de 4 milhões de euros. Esse montante apenas foi reconhecido contabilisticamente no 4º trimestre de 2025, após a realização dos trabalhos de conciliação bancária, não tendo, por isso, sido refletido na execução do 3º trimestre.



Deste modo, a variação homóloga deve considerar fatores de natureza estrutural e operacional que condicionaram a geração de receita própria. Entre estes destacam-se a implementação da medida de gratuidade “Acesso 52”, em vigor desde 1 de agosto de 2024, bem como os encerramentos totais ou parciais de diversos equipamentos culturais, associados a intervenções financiadas pelo PRR.

b. Despesa

A previsão da despesa corrigida para o ano de 2025 é de 61.234.454 euros, tendo registado até ao 3º trimestre de 2025 uma execução global de 54,4% nos pagamentos efetuados, conforme se detalha no quadro abaixo:

Designação	Dotação Corrigida	Pagamento	Saldo de Pagamento	Grau de execução - Orçamental - Pagamentos
Despesas com o Pessoal	30 512 813	21 391 715	9 121 098	70,11%
Aquisição de bens e serviços	19 453 382	9 357 958	10 095 424	48,10%
Juros e outros encargos	20 000	0	20 000	0,00%
Transferências Correntes	272 573	66 403	206 170	24,36%
Outras Despesas Correntes	2 495 598	1 553 334	942 264	62,24%
Despesas Correntes	52 754 366	32 369 410	20 384 956	61,36%
Aquisição de bens de capital	7 480 088	944 849	6 535 239	12,63%
Despesas de Capital	7 480 088	944 849	6 535 239	12,63%
Total de Despesas Efetivas	60 234 454	33 314 259	26 920 195	55,31%
Ativos Financeiros	1 000 000	0	1 000 000	0,00%
Total de Despesas não Efetivas	1 000 000	0	1 000 000	0,00%
Total de Despesas	61 234 454	33 314 259	27 920 195	54,40%

Destacam-se as rubricas de despesas com o pessoal e de aquisição de bens e serviços, que no seu conjunto representam 81,6% da dotação corrigida e que correspondem por sua vez a 92,3% da despesa paga até setembro de 2025.

De acordo com quadro podemos verificar que as despesas com pessoal são as que mais contribuem para a despesa total, sendo que decorrente do processo de transição, se verificou a necessidade de reforçar os Recursos Humanos com a celebração de 40 contratos. No entanto, verificaram-se 38 cessações de vínculo, sendo essencialmente 19 por aposentação, 9 por rescisão/cessação de contrato, 8 por mobilidade e 2 por outros motivos. Acresce ainda que foi efetuado o reposicionamento remuneratório de trabalhadores da carreira de assistente operacional com 23 a 31 anos de trabalho o que acaba por influenciar as despesas com o pessoal.

As aquisições de bens e serviços, com uma dotação de 19,4 milhões de euros, atingiram até ao 3º trimestre 48,1% da execução. Esta rubrica da despesa está muito influenciada pela aquisição de serviços relacionados com a aquisição de bens e serviços de vigilância e segurança e trabalhos especializados.

O total de despesas correntes e de capital suportadas até ao 3º trimestre de 2025, podem ser desagregadas por fonte de financiamento, de acordo com o detalhe do quadro abaixo:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119 e Registo na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Registo na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Registo na CMVM n.º 20161349

Despesa - Por Fonte de Financiamento	Dotação Corrigida	Pagamento	Saldo de Pagamento	Grau de execução - Orçamental - Pagamentos
Indemnização Compensatória	31 450 000	18 345 833	13 104 167	58,33%
Fundos Europeus	874 871	0	874 871	0,00%
Receitas Próprias	28 909 583	14 968 426	13 941 157	51,78%
Total de Receitas Efetivas	61 234 454	33 314 259	27 920 195	54,40%

Se efetuarmos uma análise comparativa com o período homólogo de 2024 verificamos o seguinte:

Designação	3º Trimestre de 2025		3º trimestre de 2024		Variação Homóloga Pagamentos		Taxa de Execução dos Pagamentos (%)	
	Dotação corrigida	Pagamento	Dotação Corrigida	Pagamento	Valor	%	3º Trimestre 25	3º Trimestre 24
Despesas com o Pessoal	30 512 813	21 391 715	28 003 990	15 576 588	5 815 127	37,3%	70,11%	55,62%
Aquisição de bens e serviços	19 453 382	9 357 958	21 028 098	3 988 588	5 369 370	134,6%	48,10%	19,00%
Juros e outros encargos	20 000	0	20 000	2 468	-2 468	-	-	-
Transferências correntes	272 573	66 403	1 694 000	798 580	-732 177	-91,7%	24,36%	47,14%
Outras despesas correntes	2 495 598	1 553 334	1 020 020	478 118	1 075 216	224,9%	62,24%	46,87%
Despesas Correntes	52 754 366	32 369 410	51 766 108	20 844 342	11 525 068	55,3%	61,36%	40,27%
Aquisição de bens de capital	7 480 088	944 849	7 631 573	2 514 009	-1 569 160	-62,4%	12,63%	32,94%
Despesas de Capital	7 480 088	944 849	7 631 573	2 514 009	-1 569 160	-62,4%	12,63%	32,94%
Total de Despesas Efetivas	60 234 454	33 314 259	59 397 681	23 358 351	9 955 908	42,6%	55,31%	39,33%
Ativos Financeiros	1 000 000	0	0	0	0	-	-	-
Total de Despesas não Efetivas	1 000 000	0	0	0	0	-	-	-
Total de Despesas	61 234 454	33 314 259	59 397 681	23 358 351	9 955 908	42,6%	54,40%	39,33%

Como se pode verificar os pagamentos no 3º trimestre de 2025 tiveram um acréscimo de 42,6% com mais 9.956 mil euros do que no período homólogo, que resultou do aumento dos pagamentos relativos às despesas com o pessoal e à aquisição de bens e serviços. Salienta-se a redução ocorrida na aquisição de bens de capital, cujo pagamento registou uma diminuição de 1.569 mil euros face ao período homólogo, devido ao facto de a aquisição de obras de arte ter sido inferior em 2025, quando comparado com 2024.

4. Considerações Finais

Este documento não constituiu um relatório de Auditoria. Nos procedimentos e análises efetuados à informação disponibilizada referente ao 3º trimestre de 2025, não detetámos outras situações relevantes a mencionar, para além dos comentários efetuados nos pontos anteriores.

Salvo qualquer efeito de situação decorrente da nossa auditoria às demonstrações financeiras e às demonstrações orçamentais da Entidade, afigura-se-nos que a informação orçamental apresentada preenche os requisitos aplicáveis à sua submissão às Tutelas.

Lisboa, 25 de maio de 2026

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por:

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3.º TRIMESTRE DE 2025

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente Relatório destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 20.º dos Estatutos da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (MMP), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro, que estipula que o Conselho Fiscal envia trimestralmente aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura um relatório sucinto sobre a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira da empresa.
- 1.2. Visa ainda dar cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na atual redação (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial).
- 1.3. O Conselho de Administração da MMP apresentou ao Conselho Fiscal, através de correio eletrónico de 12 de março de 2026, o documento intitulado “Relatório da Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2025”¹, no sentido de dar cumprimento ao estipulado na lei e nos estatutos quanto aos deveres de informação e divulgação da execução orçamental trimestral.
- 1.4. O Conselho Fiscal emite o presente Relatório com base nos elementos constantes do antedito “Relatório da Execução Orçamental – 3.º trimestre de 2025” e em outras informações resultantes da interação com o Conselho de Administração e os serviços da MMP, atendendo ainda ao relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre esta informação, datado de 25 de maio de 2026.
- 1.5. Para efeitos da análise deste relatório pelo Conselho Fiscal é relevante o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025-2027, aprovado pelo senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e pela senhora Ministra da Cultura através de Despacho Conjunto, de maio de 2025, aprovação essa circunscrita ao exercício de 2025.

¹ Evidenciando uma análise provisória da execução orçamental de janeiro a setembro de 2025. O documento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2026.

2. ANÁLISE SUCINTA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 3.º TRIMESTRE DE 2025

2.1. O relatório em análise apresenta o grau de execução no final do 3.º trimestre de 2025 dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento para 2025, uma descrição sintética das atividades desenvolvidas no período, informação sobre a evolução dos recursos humanos e informação sobre a execução orçamental, acompanhada de uma análise das receitas e despesas executadas até ao final do terceiro trimestre, incluindo quadros comparativos com o período homólogo do ano anterior.

2.2. Dos elementos apresentados destacamos o seguinte:

- Execução da receita

A previsão corrigida da receita anual totaliza 62,4 M€, sendo de 56,4 M€ de receita corrente, 1,3 M€ de receita de capital e 4,7 M€ de receita não efetiva², verificando-se que a receita total cobrada até ao final do 3.º trimestre de 2025 foi de 40,2 M€ (fundamentalmente receita corrente), correspondendo a uma taxa de cobrança de 64,4% face à previsão corrigida da receita total.

No conjunto das receitas previstas assumem particular relevância os valores de 31,5 M€, de indemnização compensatória³, e de 19,7 M€, de vendas de bens e serviços correntes, ascendendo a receita cobrada neste período a 18,3 M€ e 17,1 M€, respetivamente, apurando-se, portanto, taxas de cobrança de 58,3% e 86,8%.

Comparativamente com o período homólogo de 2024, regista-se uma significativa diminuição da receita cobrada de 10,4 M€ (-20,6%). Esta redução, segundo explica o Conselho de Administração no seu relatório, deriva fundamentalmente (i) do facto de ter havido uma cobrança inferior em cerca de 4,5 M€ na indemnização compensatória (18,3 M€ em 2025 face a 22,8 M€ em 2024) e (ii) de ter havido um diferimento do 3.º para o 4.º trimestre de 2025 no registo contabilístico de cerca de 4 M€ de receitas da venda de bens e serviços correntes.

² Este valor refere-se, na totalidade, à verba a transferir pela atualmente denominada Entidade do Tesouro e Finanças, a título de aumento de capital, destinada à reabilitação do Palácio de Burnay e respetivos jardins (RCM n.º 15/2024).

³ Que constam na Rubrica “Transferências correntes”.

- Execução da despesa

A dotação corrigida da despesa anual totaliza 61,2 M€. Da análise da execução da despesa resulta que, até final de setembro de 2025, foram efetuados pagamentos de apenas 33,3 M€, correspondentes a uma taxa de execução de cerca de 54,4% da dotação corrigida anual. A despesa corrente orçamentada, no montante de 52,8 M€, teve uma taxa de execução de 61,4% e a despesa de capital adicionada da despesa não efetiva, num total de 8,5 M€, teve uma taxa de execução de 11,1%.

Relativamente às despesas correntes, são relevantes as despesas orçamentadas com o pessoal que apresentam um montante de 30,5 M€, correspondentes a 49,8% da despesa total, tendo sido pagos no período 21,4 M€, evidenciando uma taxa de execução de 70,1% e representando 64,2% do total dos pagamentos efetuados. A este propósito, refira-se a celebração, no período, de 40 novos contratos de trabalho, sendo que também se registaram 38 cessações de vínculo, bem como a realização de reposicionamentos remuneratórios decorrentes das normas aplicáveis.

São igualmente relevantes as despesas orçamentadas corrigidas para aquisição de bens e serviços, que ascendem a 19,5 M€, correspondentes a 31,8% da despesa total, tendo sido pagos 9,4 M€, o que evidencia uma taxa de execução de 48,1% para o final do 3.º trimestre.

Quanto à componente orçamentada de despesas de capital, no montante de 7,5 M€, foi pago até ao final de setembro de 2025 o montante de 0,9 M€, o que evidencia uma taxa de execução de apenas 12%. No Relatório de Execução Orçamental a fraca execução da despesa é justificada pela inexistência, no período, de aquisições de obras de arte.

Ainda assim, comparativamente com o período homólogo de 2024, regista-se um aumento (líquido) dos pagamentos efetuados em cerca de 10 M€, que decorre da conjugação de um acréscimo de 5,8 M€ nas despesas com o pessoal e de 5,4 M€ nas despesas com aquisição de bens e serviços, e de uma diminuição de 1,6 M€ na despesa de capital.

3. CONCLUSÃO

Face aos elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal entende que o “Relatório da Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2025” reflete a atividade e o desempenho da

Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. no período em causa, salientando a baixa execução da despesa que se situava em 54,4% nos primeiros 9 meses do ano.

O “Relatório da Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2025” e os correspondentes relatórios do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 28 de maio de 2026.

O Conselho Fiscal

Assinado por: **JOSÉ CARLOS PEREIRA NUNES**
Num. de Identificação: 04833126
Data: 2026.05.28 23:12:24+01'00'

José Carlos Pereira Nunes – Presidente

Assinado por: **SARA ALEXANDRA RIBEIRO PEREIRA SIMÕES
DUARTE**
Num. de Identificação: 09555111
Data: 2026.05.28 18:46:28+01'00'

Sara Simões Duarte – Vogal

Assinado por: **Óscar Manuel Machado de
Figueiredo**
Num. de Identificação: 08258874
Data: 2026.05.28 20:06:21+01'00'

Óscar Manuel Machado de Figueiredo – Vogal